005

05

Sinaes
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

2205

CADERNO
2205

enade2025
Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

Novembro | 25

# DIREITO
BACHARELADO

## LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

1. Verifique se, além deste Caderno, você recebeu o **CARTÃO-RESPOSTA**, destinado à transcrição das respostas das questões de múltipla escolha, da questão discursiva e das questões de percepção da prova.
2. Confira se este Caderno contém a questão discursiva e as objetivas de múltipla escolha, de Formação Geral e do Componente Específico da área, e as relativas à sua percepção da prova. As questões estão assim distribuídas:

| Partes | Tipo | Número das questões |
|---|---|---|
| Formação Geral | Objetivas | 01 a 15 |
| Componente Específico | Discursiva | *** |
| | Objetivas | 16 a 45 |
| Questionário de Percepção da Prova | *** | 01 a 09 |

3. Verifique se a prova está completa, se o seu nome está correto no **CARTÃO-RESPOSTA** e se a **área de avaliação** e o **número do caderno de prova** correspondem ao do **CARTÃO-RESPOSTA**. Caso contrário, avise imediatamente ao Chefe de Sala.
4. Assine o **CARTÃO-RESPOSTA** no local apropriado, com caneta esferográfica **de tinta preta, fabricada em material transparente**.
5. Responda a questão discursiva em, no máximo, 30 linhas. Qualquer texto que ultrapasse o espaço destinado à resposta será desconsiderado.
6. A prova terá duração de **quatro horas**. Lembre-se de reservar um período para transcrição das respostas para o **CARTÃO-RESPOSTA**.
7. Ao terminar a prova, acene para o Chefe de Sala e aguarde-o em sua carteira. Ele então irá proceder à sua identificação, recolher o seu material de prova e coletar a sua assinatura na Lista de Presença.
8. Atenção! Você deverá permanecer na sala de aplicação por, no mínimo, **duas horas** a partir do início da prova.
9. Você só poderá levar o **rascunho do CARTÃO-RESPOSTA** (espaço para anotação das questões) quando faltarem **30 minutos** para o término da prova. Nele só poderão constar as marcações das questões objetivas.
10. O **CARTÃO-RESPOSTA** e o **caderno de prova** deverão ser entregues ao Chefe de Sala ao término da prova.

MISTO
Papel | Apoiando o manejo florestal responsável
FSC® C189794
www.fsc.org

INEP
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

* R 2 2 0 5 2 0 2 5 1 *

## QUESTÃO 01

### TEXTO 1




Disponível em: https://diplomatique.org.br/edicao/116-reforma-trabalhista/. Acesso em: 1 jun. 2025.

### TEXTO 2

É a partir de uma concepção moderna de humor que as charges ganham relevância para denunciar, vilipendiar e detratar os poderes constituídos. O fato de elas serem bastante utilizadas em tempos de censura demonstra a eficácia que carregam em termos de economia simbólica. Certamente, a potência revolucionária supõe a implosão de um imaginário reducionista, sob pena de nossas bem-intencionadas críticas e denúncias serem tão ou mais reacionárias que o alvo que perseguimos.

BORGES, R. O racismo nas charges engajadas. **Carta Capital**, São Paulo, 11 out. 2016. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/sociedade/. Acesso em: 1 jun. 2025 (adaptado).



R22052025 - 22_Direito.indb 2
09/10/2025 10:47:11

A charge do Texto 1, publicada em outubro de 2016 na revista **Le Monde Diplomatique Brasil**, foi criticada à época por fazer uma representação considerada racista e estereotipada da população negra. O episódio gerou um debate público sobre os limites da sátira e do humor engajado e sobre a naturalização de preconceitos, mesmo em mídias consideradas progressistas, como discutido no Texto 2.

Considerando-se o exposto e o debate acerca do racismo, é correto afirmar que a charge no Texto 1 pode naturalizar esse tipo de discriminação porque

**A** faz uma denúncia do racismo estrutural a partir de uma representação visual apelativa e sensacionalista da realidade social em que vivemos desde a época da escravidão.

**B** apela ao humor e à ambiguidade das imagens por meio de representações que são recebidas pelo público leitor sem a devida profundidade crítica, sendo uma ferramenta poderosa de comunicação política.

**C** representa uma figura humana com características historicamente usadas para desumanizar pessoas negras, como a posição corporal submissa e animalizada, remetendo à tradição colonial e escravocrata.

**D** utiliza uma linguagem que faz uso de humor e apelo emocional ao público, a qual isenta o autor de quaisquer formas de responsabilização, por consistir em uma expressão de sua liberdade criativa e artística.

## QUESTÃO 02

### TEXTO 1

Em geral, a primeira reação de analistas ao crescimento de 57,4% na quantidade de idosos, entre 2010 e 2022, revelada pelo censo do IBGE de 2022, foi encará-lo como fonte de pressão sobre as aposentadorias. Não à toa: o Brasil passou por uma recente reforma em 2019, que — mantendo o princípio da solidariedade e a contribuição do empregador — elevou as idades mínimas para aposentadoria de homens e mulheres e aumentou o tempo de contribuição mínima para a obtenção de benefícios. Porém, além do inegável impacto sobre o sistema de aposentadorias, o envelhecimento da população também precisa ser urgentemente pensado sob a ótica da garantia de empregos decentes.

Disponível em: https:// economia.uol.com.br/colunas/carlos-juliano-barros/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

### TEXTO 2

O Congresso do Chile aprovou, no dia 29 de janeiro de 2025, o principal plano do governo para reformar o sistema de aposentadorias, gerido pelo setor privado e imposto pela ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). Com a reforma aprovada pelo Congresso, as empresas passarão a contribuir com 8,5%, enquanto os trabalhadores continuarão contribuindo com 10% da renda para a composição do fundo previdenciário. Pelo sistema herdado da ditadura, apenas o empregado contribuía com 10% de seu salário para as administradoras privadas de fundos de pensão, que, por sua vez, geriam esses recursos.

Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/.
Acesso em: 13 jun. 2025 (adaptado).

A partir dos textos apresentados, que abordam diferentes sistemas previdenciários, é correto afirmar que um ponto em comum entre o modelo previdenciário brasileiro e o novo modelo chileno é a

**A** política tributária vigente em cada país.

**B** obrigatoriedade de contribuição patronal.

**C** tendência deficitária dos sistemas previdenciários.

**D** negligência quanto às mudanças no perfil etário dos países.

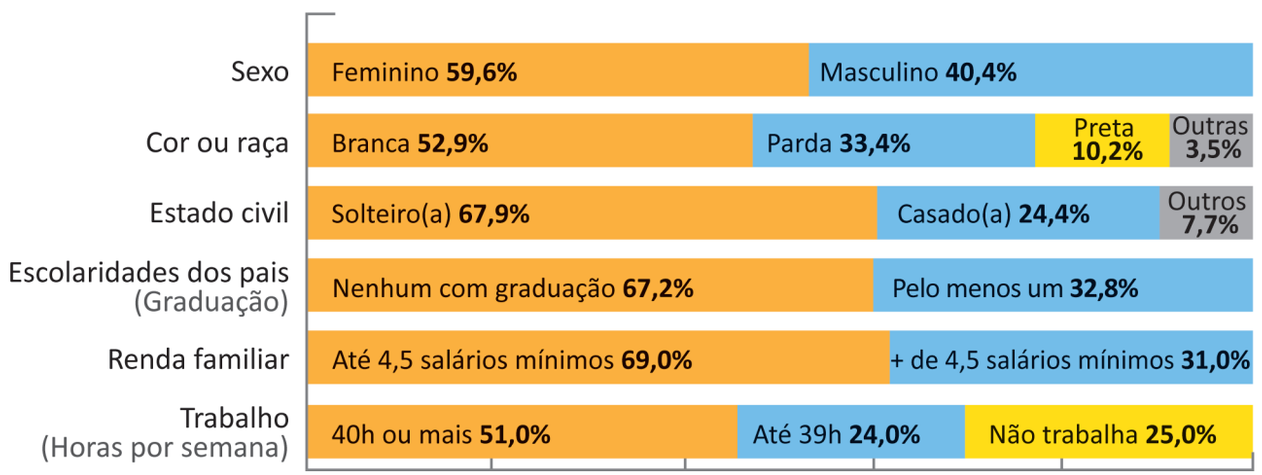


R22052025 - 22_Direito.indb 3 09/10/2025 10:47:11

## QUESTÃO 03

### TEXTO 1

**Características predominantes dos estudantes – Enade 2022**




Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

### TEXTO 2

De acordo com o questionário respondido pelos inscritos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) em 2022, os estudantes concluintes são, predominantemente, pessoas do sexo feminino, brancas, solteiras, com pais sem graduação, com renda familiar de até 4,5 salários mínimos, que trabalham 40 horas semanais ou mais. Na educação presencial, a maioria dos concluintes são jovens de até 24 anos de idade, ao passo que, no ensino a distância (EaD), a faixa etária predominante é a dos 31 aos 40 anos. Os resultados apresentam também o número de concluintes que receberam subsídios ou bolsas para custear o ensino superior. Os auxílios incluem o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade Para Todos (Prouni). Os dados apontam que 31,6% dos estudantes que responderam aos questionários são beneficiados por subsídios ou financiamentos públicos; 18,2% dos concluintes de instituições públicas e 2,8% de instituições privadas receberam algum tipo de auxílio-permanência; 43,1% dos concluintes de instituições privadas receberam algum tipo de bolsa; e 9,9% recebem algum tipo de financiamento.

Disponível em: https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/enade/. Acesso em: 4 jun. 2025 (adaptado).

Considerando-se as informações dos textos apresentados, é correto afirmar que, para corrigir distorções sociais históricas no Brasil, são necessárias

**A** políticas públicas que garantam a ampliação do acesso de homens ao ensino superior, em prol da paridade de gênero em setores sociais estratégicos.

**B** ações governamentais com vistas a garantir a ampliação dos auxílios de permanência estudantil, especialmente para a parcela da população em situação de vulnerabilidade.

**C** campanhas publicitárias voltadas a estudantes concluintes de até 24 anos de idade, que tenham maior participação no mercado de trabalho, a fim de garantir sua permanência na modalidade EaD.

**D** medidas que incentivem mais jovens com renda familiar superior a 4,5 salários mínimos a cursarem o nível superior, para garantir isonomia de acesso entre os distintos estratos da distribuição de renda.

## QUESTÃO 04

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), menos de 6% dos municípios brasileiros com imigrantes possuem estrutura para gestão migratória. Na maioria dos estados e municípios do País, não há quantidade suficiente de servidores ou cidadãos que conheçam as condições sanitárias, econômicas, de saúde e de educação da população imigrante. Destaca-se também a dificuldade de comunicação enfrentada por imigrantes e refugiados: muitas vezes, profissionais de saúde se comunicam com esses indivíduos apenas por meio de aplicativos de celular, o que limita o atendimento nesse contexto. Também existem obstáculos para a integração dos filhos dessas pessoas nas escolas, como o preconceito por parte de colegas, sendo necessário desenvolver estratégias de integração, de forma complementar à realização de investimentos financeiros.

Disponível em: https://www12.senado.leg.br/radio/. Acesso em: 9 jun. 2024 (adaptado).

Considerando o exposto, assinale a opção que apresenta duas práticas que contribuiriam para minimizar as dificuldades de acesso de imigrantes aos sistemas de saúde e educação no Brasil, como as retratadas no texto.

**A** Ampliação de controles fronteiriços; cobrança por melhoria nos serviços públicos.

**B** Deportação de criminosos estrangeiros; censura à discriminação contra imigrantes.

**C** Limitação de concessão de vistos a imigrantes; rejeição à segregação racial ou étnica.

**D** Aprendizado de língua estrangeira por profissionais brasileiros; combate à xenofobia.

## QUESTÃO 05

A desigualdade social é um problema estrutural no Brasil. Segundo relatório da Oxfam Brasil (2017), seis brasileiros têm uma riqueza equivalente ao patrimônio dos 100 milhões mais pobres da nação. Os 5% mais ricos detêm a mesma fatia de renda dos demais 95%. Uma mulher trabalhadora que ganha um salário mínimo mensal levará 19 anos para receber o equivalente ao que um super-rico recebe em um único mês. O relatório indica que, em 2022, por exemplo, os 10% mais ricos apropriaram-se de 51,5% da renda total do País, enquanto a fatia de 11,9% coube aos 0,1% mais ricos. Por outro lado, a metade da população de menor renda ficou com apenas 14,4% da renda total.

Disponível em: https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/a-distancia-que-nos-une/. Acesso em: 6 jun. 2025 (adaptado).

Conforme a perspectiva apresentada no texto, assinale a opção que indica uma estratégia socialmente justa para enfrentar a concentração de renda no Brasil.

**A** Elevar, no sistema tributário brasileiro, a taxação de impostos sobre consumo, prática amplamente adotada em países com baixos níveis de desigualdade.

**B** Reduzir a quantidade de programas de distribuição direta de renda, os quais contribuem para o aumento da desigualdade de renda por diminuírem o contingente de pessoas no mercado de trabalho.

**C** Isentar os mais ricos de pagar impostos sobre renda e patrimônio, o que estimularia investimentos produtivos, promoveria a geração de emprego e renda e beneficiaria, de forma direta, os mais pobres.

**D** Aplicar taxação progressiva sobre grandes fortunas e heranças, bem como sobre os rendimentos isentos provenientes da distribuição de lucros/dividendos e de determinadas aplicações financeiras das pessoas físicas.

## QUESTÃO 06

### TEXTO 1

Como resposta às mudanças climáticas, o Brasil tem ampliado o uso de fontes renováveis, como biocombustíveis e as fontes eólica e solar. No entanto, para criar uma trajetória progressiva de sustentabilidade ao longo do tempo, o País precisa considerar as relações socioeconômicas e ambientais, além das alterações na base tecnológica. Para isso, é fundamental considerar os impactos que a transição energética pode causar nas comunidades vulneráveis. Esses impactos podem ser positivos, mas também podem aprofundar as desigualdades vivenciadas por essas comunidades.

Disponível em: https://www.epe.gov.br. Acesso em: 8 jun. 2025 (adaptado).

### TEXTO 2

Iniciada em meados de 2021, a instalação de um parque solar no município de Santa Luzia passou a impactar a comunidade quilombola de Pitombeira, situada no município vizinho de Várzea, no semiárido paraibano. Moradores passaram a sentir os impactos do desmatamento da vegetação nativa da Caatinga: deslocamento e(ou) morte de animais silvestres; aumento do trânsito e de pessoas "de fora"; rachaduras de casas e cisternas, em razão das explosões que foram realizadas durante a instalação dos painéis solares. Conforme uma liderança quilombola, os impactos serão sentidos a curto, médio e longo prazo. Estima-se que 335 hectares de mata nativa de Caatinga tenham sido completamente desmatados para a construção do parque mencionado. Houve o aterramento de riachos, açudes e lagoas no interior das fazendas, associado a ações de compactação e impermeabilização do solo.

CAVALCANTE, L. V. *et al*. As contradições da energia renovável no Semiárido: o caso da injustiça ambiental produzida por empreendimento de energia solar na Comunidade Quilombola Pitombeira (Paraíba – Brasil). **Revista Nera**, v. 28, n. 1, 2025 (adaptado).

Com base nos Textos 1 e 2, assinale a opção que apresenta três fatores relativos à transição energética que agravam as condições de vida de comunidades vulneráveis.

**A** Aumento descontrolado da fauna, perda de empregos e violação dos direitos humanos.

**B** Desenvolvimento de economia circular, deslocamento populacional e conflitos sociais.

**C** Necessidade de requalificação profissional, perda de territórios e desequilíbrio ambiental.

**D** Valorização do conhecimento científico, aumento da resiliência ambiental e ausência de participação social.

**Área livre**

## QUESTÃO 07

### TEXTO 1

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e seu exercício de cidadania.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 25 maio 2025 (adaptado).

### TEXTO 2

No caso da cultura, a lei voltou-se diretamente à promoção daquilo que conhecemos como acessibilidade cultural, que pode ser compreendida como um conjunto de medidas que visam à eliminação de barreiras e à promoção da participação plena das pessoas com deficiência em políticas, programas, projetos e ações culturais. Essas ações propiciam à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida a possibilidade de viver de forma independente e exercer seus direitos culturais.

Disponível em: https://www.gov.br/cultura. Acesso em: 25 maio. 2025 (adaptado).

A partir das informações apresentadas, é correto afirmar que a acessibilidade cultural é efetivada não somente com o acesso de pessoas com deficiência a bens culturais, mas também com a

**A** inclusão dessas pessoas no mercado de trabalho, por meio de sua atuação como produtoras de cultura.

**B** restrição de acesso e participação dessas pessoas em eventos de arte e cultura nos quais ocorram grandes aglomerações.

**C** criação de eventos voltados a públicos formados por essas pessoas, a fim de manter a exclusividade de seu acesso aos bens culturais.

**D** manutenção de políticas de acessibilidade, as quais dispensam a participação da sociedade civil e da iniciativa privada, por se tratar de responsabilidade do Estado.

## QUESTÃO 08

De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), no final de 2023, estimava-se que 117,3 milhões de pessoas em todo o mundo foram deslocadas à força, o que representa um aumento de 8%, ou 8,8 milhões de pessoas, em relação ao final de 2022. Esses dados revelam aumentos anuais sucessivos na quantidade de pessoas forçadas a se deslocar.

Disponível em: https://www.unhcr.org/global-trends-report-2023. Acesso em: 5 jun. 2025(adaptado).

Considerando-se essas informações e o que se refere aos movimentos migratórios no século XXI, é correto afirmar que os fluxos de pessoas forçadas a se deslocar

**A** ocorrem em direção aos países mais ricos e desenvolvidos, que abrigam a maioria da população refugiada do mundo, oferecendo serviços públicos e de acolhida de qualidade.

**B** intensificaram-se em direção aos países menos desenvolvidos, nos quais existem políticas migratórias mais flexíveis e melhor infraestrutura para recepcionar populações refugiadas.

**C** aumentaram como consequência do fortalecimento dos direitos dos migrantes, do gerenciamento integrado de fronteiras entre os países e do desenvolvimento de políticas de acolhimento promovidas pela ACNUR.

**D** cresceram em decorrência do acirramento de conflitos e violações dos direitos humanos, com a maioria das pessoas vivendo em países vizinhos às suas nações de origem, onde também enfrentam barreiras sociais.

## QUESTÃO 09

### TEXTO 1

O cinema é um espetáculo e, salvo exceções, o filme não é concebido para ser um documento histórico. É feito em primeiro lugar para ser vendido, e não para ser conservado em um museu, ainda menos em arquivos. Isto, contudo, não o impede de deter funções sociais diferenciadas, exercidas por meio da imprensa profissional, da crítica e do discurso analítico recente. Nesses termos, a instituição cinematográfica produziu grandes categorias de classificação reformuladas pela televisão: jornais televisivos para informar, documentários para educar, ficção para distrair.

Os filmes de ficção são ainda mais suspeitos, uma vez que têm uma função de divertimento, ainda que não raro um divertimento sério, quando se trata de colocar grandes problemas humanos e culturais, como puderam também fazer o teatro e o romance. Esses, com efeito, impõem questões contemporâneas, ou mesmo tentam testemunhar diretamente, principalmente nos períodos de crise, para informar e registrar uma memória visual e sonora dos eventos. Em certos casos específicos, pode-se mesmo solicitar ao cinema assumir um papel social ou político.

LAGNY, M. O Cinema como Fonte de História. *In*: **Cinematógrafo**: um olhar sobre a História. Salvador: EDUFBA, 2009 (adaptado).

### TEXTO 2

**Ainda Estou Aqui** levou o prêmio de Melhor Filme Internacional no Oscar 2025. Essa foi a primeira vez que o Brasil trouxe o troféu para casa. Baseado no livro de Marcelo Rubens Paiva, o filme trata da morte do pai do autor, durante o período da ditadura militar no Brasil, a partir do ponto de vista de sua mãe, Eunice Paiva. O político e engenheiro foi tirado de casa em 1971 por agentes do regime e nunca mais retornou. Até hoje, as circunstâncias da morte não foram totalmente esclarecidas e ninguém foi punido pelo crime. Milhões de pessoas assistiram ao longa-metragem nos cinemas. Em todo o mundo, a produção arrecadou mais de US$ 27,4 milhões.

Disponível em: https://brasildefato.com.br. Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

Considerando o Texto 1, que aborda a arte e sua função social, e o Texto 2, que trata da repercussão internacional do filme **Ainda Estou Aqui**, assinale a opção correta.

**A** A obra cinematográfica mencionada é sobretudo um documento histórico, na medida em que retrata o período da ditadura militar e faz um registro detalhado do desaparecimento do pai de Marcelo Rubens Paiva.

**B** O cinema, assim como o teatro e o romance, constrói e produz sentidos, podendo criar significados variados, quanto a resgates históricos e representação social, mesmo em obras de entretenimento, como o filme mencionado.

**C** A função do cinema é entreter e divertir, sendo natural a omissão das temáticas históricas, políticas e sociais das narrativas de filmes de ficção, como no filme em questão, produzido a partir da visão de um familiar do personagem retratado.

**D** O longa-metragem em questão é emblemático, pois foi a primeira produção brasileira a ganhar o Oscar de melhor filme internacional, sendo a obra do cinema nacional mais vista e com a maior arrecadação de bilheteria já registrada no País.

## QUESTÃO 10

Eventos climáticos extremos, como secas ou enchentes, estão se tornando cada vez mais frequentes e severos em razão da mudança climática. No entanto, as consequências da ocorrência desses eventos estão além das questões ambientais, uma vez que promovem o deslocamento involuntário de populações vulneráveis desencadeando uma complexa cadeia de impactos de natureza socioambiental, econômica, ecológica, jurídica, política, psicológica e até mesmo de identidade e pertencimento. O fenômeno do deslocamento forçado requer atenção e soluções eficazes para sua gerência, uma vez que a população afetada necessita de condições adequadas para sua sobrevivência a longo prazo. Assim, as cidades precisam desenvolver uma infraestrutura urbana capaz de responder às emergências, de se preparar de maneira proativa para futuros desafios e ainda de absorver e se adaptar a essas novas dinâmicas causadas por deslocamentos massivos, de forma a garantir a proteção e promoção dos direitos humanos dos deslocados internos.

MATIAS, A. M. M. Paradiplomacia e urbanismo: possíveis aliadas na proteção da dignidade da pessoa humana dos deslocados internos. LIMONGI. A. A.; SOLDANO G. (Org.). *In*: **Direito internacional do século XXI** [e-book]: desafios globais contemporâneos. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, p. 91, 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, assinale a opção correta sobre o deslocamento interno de populações vulneráveis.

**A** As cidades cumprem integralmente seu compromisso social ao implementar soluções urbanísticas que priorizam o atendimento emergencial aos deslocados internos.

**B** Os eventos climáticos extremos tendem a afetar uniformemente a população local, por isso os deslocados internos lidam de forma semelhante com os impactos negativos.

**C** A destruição de infraestrutura e a escassez de recursos como consequência da ocorrência de eventos climáticos extremos forçam a população local a se deslocar, transformando uma crise ambiental em uma crise humanitária.

**D** As cidades que recebem os deslocados internos crescem economicamente em função do aumento da oferta de mão de obra e, dessa forma, desenvolvem locais mais seguros e recursos adequados para essa população reconstruir suas vidas.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 9 09/10/2025 10:47:11

## QUESTÃO 11

Um levantamento realizado em 2024 mostrou ligação entre o uso excessivo de redes sociais e o estado de saúde mental dos brasileiros. A pesquisa revelou que 65% dos entrevistados enfrentam dificuldades emocionais em algum grau. O uso intensivo de plataformas de redes sociais está associado a 45% dos casos de ansiedade em jovens de 15 a 29 anos de idade. Jovens que passam mais de três horas por dia em plataformas digitais têm um risco 30% maior de apresentar quadros de depressão, em comparação com aqueles que fazem um uso mais moderado. Cerca de 40% dos entrevistados relataram que sua autoestima é profundamente afetada pelo número de curtidas e comentários que recebem em suas postagens. Essa dependência de validação externa é mais pronunciada entre jovens que estão em fase de formação de identidade e são mais suscetíveis a julgamentos.

Disponível em: https://veja.abril.com.br/saude/excesso-de-redes-sociais-esta-associado-a-45%-dos-casos-de-ansiedade-em-jovens. Acesso em: 25 jun. 2025 (adaptado).

Considerando as informações do texto, assinale a opção que apresenta uma medida eficaz para prevenir os impactos negativos das redes sociais na saúde mental dos jovens, de forma a mitigar a causa de problemas como depressão e necessidade de validação externa.

**A** Implementar, nas escolas, programas sobre a necessidade de uso moderado de redes sociais, a fim de reduzir os riscos psicológicos da dependência digital entre jovens em geral.

**B** Propor lei que obrigue as plataformas de redes sociais a permitirem a visualização de curtidas e comentários apenas em postagens temporárias, que se apagam automaticamente em 24 horas.

**C** Realizar campanhas governamentais de comunicação na televisão sobre a importância de jovens com quadro de depressão ou ansiedade causado por problemas familiares procurarem apoio psicológico.

**D** Aumentar o financiamento das organizações de saúde que oferecem suporte psicológico a jovens que apresentam quadros de depressão por uso excessivo de redes sociais, com vistas à reestruturação física dessas instituições.

## QUESTÃO 12

O número crescente de negociações exitosas para a repatriação de bens culturais no mundo mostra que se trata de uma ideia propícia ao nosso tempo, afirmou o diplomata Marco Antônio Nakata, diretor do Instituto Guimarães Rosa, órgão do Ministério das Relações Exteriores voltado para a diplomacia cultural. As negociações de restituição se dão de maneiras variadas e nem sempre partem dos governos; por vezes, comunidades locais pedem a restituição de objetos sagrados ou, no caso de fósseis, a comunidade científica nacional se mobiliza. Há, ainda, casos de museus e universidades que, por iniciativa própria, fazem a devolução.

Disponível em: https://g1.globo.com/ciencia/noticia/2023/07/23/. Acesso em: 17 jul. 2025 (adaptado).

Considerando o texto apresentado, que faz referência a um movimento mundial que defende a reterritorialização de objetos históricos, culturais e paleontológicos retirados dos seus países de origem durante a colonização ou ilegalmente comercializados nas últimas décadas, assinale a opção que apresenta um caso de reterritorialização ocorrido nos últimos anos.

**A** Exposição temporária de máscaras africanas que compõem o acervo do Museu de Cais de Branly, na França.

**B** Retorno ao Brasil do Manto Tupinambá, que ficou exposto por mais de 300 anos no Museu Nacional da Dinamarca.

**C** Aquisição, por colecionadores particulares, de artefatos maias que foram negociados em leilão internacional nos Estados Unidos.

**D** Digitalização de cerâmicas pelo Museu de Etnologia em Lisboa, que possui a maior coleção de peças indígenas brasileiras da Europa.

## QUESTÃO 13

Na adolescência, quase todo gesto pode significar muito. A série **Adolescência**, da Netflix, mostrou que, apesar de *emojis* representarem emoções, objetos ou ideias quase sempre inofensivos, eles vêm sendo utilizados como uma forma de comunicação codificada entre adolescentes em plataformas digitais, sobretudo aquelas associadas a ideologias misóginas. Os *emojis* são comuns no universo de grupos como os *incels*, que são jovens que se autodenominam "celibatários involuntários". O termo *incel* está associado a uma subcultura on-line marcada por discursos de ódio e ressentimento contra mulheres. A imagem a seguir apresenta alguns *emojis* usados pelos adolescentes dessa subcultura.



O *emoji* Pílula Vermelha ou "*red pill*" representa o conceito originário do filme **Matrix** que simboliza a crença de que o indivíduo "despertou" para uma suposta verdade sobre as relações de gênero, adotando uma visão misógina que considera os homens como vítimas do feminismo e das mulheres.



O *emoji* Dinamite representa a "explosão" da pílula vermelha e está associado a indivíduos que se identificam como *incels*, pessoas que culpam as mulheres por sua falta de sucesso em relacionamentos e expressam ressentimento, misoginia e hostilidade em relação a elas.



O *emoji* 100 faz alusão à chamada "regra 80/20", uma crença que sugere que 80% das mulheres estão interessadas em apenas 20% dos homens considerados mais atraentes ou de alto "*status* social". Essa crença é usada para justificar sentimentos de rejeição e inferioridade entre os membros de grupos *incels*.

Disponível em: https://gq.globo.com/cultura/. Acesso em: 9 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o texto e as imagens apresentadas, assinale a opção correta, em relação ao papel dos símbolos na comunicação e na expressão no âmbito das comunidades digitais.

**A** A forma como *emojis* são empregados para legitimar opressões de gênero e de sexualidade demonstra que a linguagem digital é literal, o que torna o ambiente digital um reflexo das intenções dos usuários.

**B** O emprego de *emojis,* como Pílula Vermelha ou Dinamite, dentro de grupos misóginos, evidencia que a linguagem visual é ambígua e que seu teor ideológico é construído a partir do modo como os símbolos são interpretados.

**C** A incorporação de *emojis* à linguagem revela o caráter dinâmico desta, o que permite a atribuição de novos sentidos a símbolos, de modo que a interpretação de mensagens digitais requer conhecimento das comunidades em que são usadas.

**D** O uso de *emojis* demonstra a adaptabilidade da linguagem a novas formas de expressão, embora mantenha os significados originalmente associados a esses recursos, o que facilita sua compreensão por usuários fora da comunidade *incel*.



R22052025 - 22_Direito.indb 11 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 14

### TEXTO 1

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou 35 anos em 2025, estabelece o seguinte:

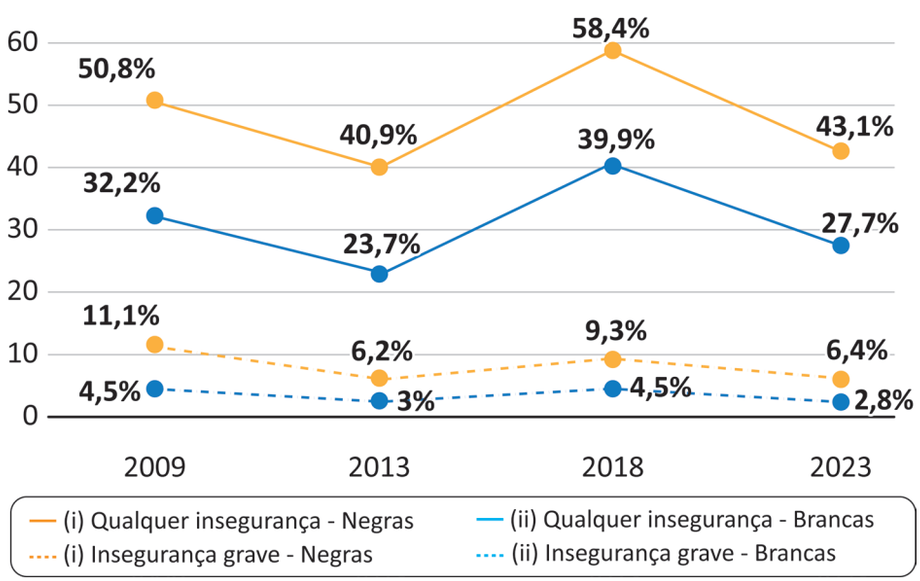
Art. 3º - A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

**Parágrafo único**. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente.

### TEXTO 2

**Crianças e adolescentes em insegurança alimentar por cor/raça**




UNICEF. **Pobreza multidimensional na infância e adolescência no Brasil, 2017-2025**. Brasília: Unicef, 2025, p. 40. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/. Acesso em: 20 maio 2025 (adaptado).

Considerando-se as informações dos Textos 1 e 2, os quais abordam, respectivamente, o ECA e dados de insegurança alimentar entre crianças e adolescentes no Brasil, é correto afirmar que

**A** as desigualdades de acesso à alimentação adequada, embora tenham diminuído entre 2009 e 2023, ainda impedem a plena efetivação da Lei no País, a qual está vigente há mais de trinta anos.

**B** os dados referentes aos anos de 2009 e 2023 revelam uma redução constante dos casos mais graves de insegurança alimentar, e isso sugere que os objetivos do ECA serão alcançados nos próximos anos.

**C** as disparidades raciais no que se refere à insegurança alimentar grave de crianças e adolescentes reduziram-se entre 2018 e 2023, o que revela que os direitos a que se refere o ECA estão sendo plenamente assegurados.

**D** os números revelam a diminuição, entre 2009 e 2023, das diferenças raciais em termos de insegurança alimentar, sendo tal redução estipulada no ECA como a meta mais importante para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

## QUESTÃO 15

A diáspora científica é composta por pesquisadores com mestrado, doutorado ou pós-doutorado que deixam o país e não retornam. Uma pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) analisou a diáspora científica brasileira a partir de uma amostra de 1 200 pessoas em vários países. Ao todo, 67% disseram estar no exterior trabalhando, 31% estavam estudando e 2% não estavam nem estudando, nem trabalhando. Apenas 12% estavam desempregados quando saíram do Brasil. Entre aqueles que querem retornar ao país, muitos não o fazem por falta de oportunidade. A ideia de repatriação é relevante para aqueles que querem retornar, mas ela não é compreendida como uma opção única para todos os casos. A migração não é considerada uma perda permanente para o País se o membro da diáspora continuar contribuindo para a realização de pesquisas nacionais. Podem ser estabelecidas estratégias de engajamento com os membros da diáspora, que vão além de seu retorno físico ao país de origem.

Disponível em: https://theconversation.com/. Acesso em: 2 jun. 2025 (adaptado).

Considerando o texto, assinale a opção que apresenta uma estratégia adequada para motivar pesquisadores que migraram do Brasil para o exterior a continuarem colaborando para o desenvolvimento da ciência, da inovação e da tecnologia do país.

**A** Implementar um sistema de mentoria por meio do qual os membros da diáspora preparem estudantes brasileiros para trabalharem em instituições de pesquisa no exterior.

**B** Promover iniciativas de reconexão dos membros da diáspora com as atividades científicas no Brasil, com vistas ao seu retorno ao País ou à sua cooperação com instituições de pesquisa nacionais.

**C** Criar um programa governamental que busque reduzir o desemprego de profissionais com mestrado, doutorado ou pós-doutorado no Brasil, principal causa da migração dessas pessoas para outros países.

**D** Desestimular o deslocamento de novos pesquisadores por meio de leis que incentivem a permanência em seu local de formação, de modo a contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 13 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO DISCURSIVA

Durante uma visita da Comissão de Direitos Humanos a determinada penitenciária estadual, constatou-se a ocorrência de uma situação de abuso sexual que envolveu dois detentos do presídio, em que um deles obrigou o outro, mediante ameaça de morte, a realizar ato libidinoso. Foi verificado, ainda, que o agente penitenciário responsável pela ronda nessa ocasião observou os fatos a distância, porém não tomou quaisquer providências para impedir o referido ato, apesar do dever legal de cuidado, proteção e vigilância, e seguiu normalmente com seu turno de trabalho.

Considerando essa situação, faça o que se pede nos itens a seguir.

a) Discorra sobre a possibilidade de responsabilização do Estado pelo dano causado ao detento, indicando a teoria da responsabilidade civil pertinente e, em caso de condenação, aponte o instrumento jurídico a ser utilizado pela Procuradoria do Estado para o ressarcimento ao erário. (valor: 6,0 pontos)

b) Indique, de forma fundamentada, o crime pelo qual o agente penitenciário em questão deve ser responsabilizado. (valor: 4,0 pontos)

**Área livre**

* R 2 2 0 5 2 0 2 5 1 5 *

| RASCUNHO | |
|---|---|
| 1 | |
| 2 | |
| 3 | |
| 4 | |
| 5 | |
| 6 | |
| 7 | |
| 8 | |
| 9 | |
| 10 | |
| 11 | |
| 12 | |
| 13 | |
| 14 | |
| 15 | |
| 16 | |
| 17 | |
| 18 | |
| 19 | |
| 20 | |
| 21 | |
| 22 | |
| 23 | |
| 24 | |
| 25 | |
| 26 | |
| 27 | |
| 28 | |
| 29 | |
| 30 | |



2201_DISCURSIVA_DIREITO_REGULAR.indd 15 09/10/2025 11:48:57

## QUESTÃO 16

A formulação original do princípio do poluidor-pagador (PPP) deveu-se à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), cuja Recomendação C(72) 128, de 26 de maio de 1972, esclarece que "este princípio significa que o poluidor deve suportar os custos da adoção de medidas impostas pelas autoridades públicas para assegurar que o meio ambiente mantenha-se em um estado aceitável".

Disponível em: http://webdomino1.oecd.org/horizontal/. Acesso em: 15 ago. 2025 (adaptado).

De acordo com as diretrizes estabelecidas pela OCDE e os princípios do direito ambiental, é correto afirmar que o princípio do poluidor-pagador

**A** estabelece que o Estado deve arcar com o custo dos recursos ambientais utilizados pelos agentes econômicos, visando assegurar que eles sejam geridos e utilizados de forma sustentável.

**B** isenta o agente poluidor dos custos da utilização do bem ambiental indiretamente valorados, desde que o agente econômico tenha promovido o devido licenciamento ambiental da atividade.

**C** determina que a comunidade deve arcar com os custos das medidas de proteção ambiental necessárias, ainda que a atividade poluente seja imputável a um determinado agente econômico.

**D** introduz um critério de justiça ao atribuir ao agente econômico os custos sociais das externalidades negativas da sua atividade, constituindo-se como um mecanismo de correção de falhas de mercado.

## QUESTÃO 17

Determinado estado da Federação brasileira, com o objetivo de proteger o meio ambiente e combater os impactos das mudanças climáticas, editou uma lei estadual que impunha limites específicos para a emissão de gases poluentes por indústrias situadas em seu território. A norma estadual estabeleceu parâmetros mais rigorosos do que aqueles previstos em lei federal sobre controle de poluentes atmosféricos. Diante disso, uma sociedade empresarial afetada ajuizou ação sustentando que o referido estado extrapolou sua competência ao legislar sobre matéria ambiental já disciplinada pela União.

Considerando-se as normas constitucionais sobre repartição de competências legislativas entre os entes federados, é correto afirmar que a lei estadual

**A** pode ser considerada válida com base na autonomia dos entes federativos em se tratando de aspectos específicos e locais da proteção ambiental, independentemente dos limites previstos na legislação federal.

**B** é constitucional, pois, em matéria de competência legislativa concorrente, os Estados podem suplementar e complementar a legislação federal, inclusive estabelecendo limites mais restritivos, desde que respeitada a norma geral.

**C** fere a Constituição Federal de 1988, pois só poderia ter sido editada mediante autorização formal da União, sob pena de usurpação da competência federal prevista no artigo 24 da Carta Magna, ainda que a matéria envolva interesse local.

**D** apresenta vício de inconstitucionalidade, pois a edição de normas ambientais mais restritivas deve ocorrer no âmbito federal, cabendo aos Estados apenas replicar os parâmetros gerais definidos pela União, a fim de garantir uniformidade normativa.



R22052025 - 22_Direito.indb 16 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 18

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 150, prevê o princípio da anterioridade tributária, cuja finalidade precípua é assegurar a proteção do contribuinte contra as surpresas fiscais, sendo impedida a cobrança no mesmo exercício financeiro em que venha a ser publicada lei que institua ou aumente tributos, respeitando-se o período de 90 dias da data em que tenha sido publicada essa lei. Esse princípio tem por base a ideia de permitir que o contribuinte se prepare para o pagamento dos novos valores ao governo.

Tendo em vista o texto e o que se refere ao imposto sobre operações financeiras (IOF) no ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

**A** Uma medida provisória que implique majoração ou instituição do IOF possuirá eficácia imediata, considerando que o referido tributo constitui uma exceção ao princípio da anterioridade tributária.

**B** Uma medida provisória que altere a alíquota do IOF deve observar o princípio da anterioridade tributária, não podendo tal tributo ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que tenha sido publicada a medida.

**C** A instituição ou a majoração de tributos compete exclusivamente ao Poder Executivo Federal, devendo estes serem cobrados em prazo superior a 90 dias após a publicação da lei que os instituiu, como é o caso do IOF.

**D** A instituição ou a majoração de IOF mediante lei pode ser realizada a qualquer momento, pois o princípio da anterioridade nonagesimal não se aplica a tal tributo, desde que haja previsão expressa a respeito disso na lei.

## QUESTÃO 19

Determinada sociedade empresarial passou por uma grave crise financeira, e sua falência foi decretada judicialmente. Durante o processo de arrecadação, verificou-se que o ativo da massa falida era insuficiente para satisfazer integralmente a todos os credores. Os credores habilitados incluem: i) a Fazenda Nacional, com débitos tributários referentes a impostos federais; ii) o Banco Beta S.A., detentor de uma hipoteca sobre um dos imóveis da massa falida, devidamente registrada; iii) os ex-empregados, com verbas rescisórias e indenizações trabalhistas a receber; iv) os prestadores de serviço, com créditos decorrentes de contratos de consultoria jurídica, sem qualquer garantia; v) os fornecedores de matérias-primas, sem garantias reais ou privilégios especiais.

Com base na Lei n. 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial e Falência), assinale a opção que apresenta corretamente a ordem de preferência para o pagamento dos créditos na situação de falência em questão.

**A** Ex-empregados; Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

**B** Fornecedores de matérias-primas; Banco Beta S.A.; ex-empregados; Fazenda Nacional; prestadores de serviço.

**C** Banco Beta S.A.; Fazenda Nacional; ex-empregados; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

**D** Ex-empregados; Fazenda Nacional; Banco Beta S.A.; fornecedores de matérias-primas; prestadores de serviço.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 17 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 20

Um jovem, falando ao celular enquanto dirigia, colidiu seu veículo com o carro de um casal de idosos que estava à sua frente no trânsito, atingindo a parte traseira deste automóvel. Os idosos sofreram várias lesões corporais e permaneceram hospitalizados por cerca de um mês; além disso, seu carro teve vários danos materiais. Posteriormente, o casal tomou conhecimento de que o jovem não era o proprietário do veículo que dirigia, mas mero condutor. Diante disso, os idosos pretendem ajuizar uma ação de indenização de danos decorrentes do acidente de trânsito, para que sejam ressarcidos dos prejuízos sofridos.

Considerando esse caso e o entendimento do Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema, assinale a opção correta.

**A** O condutor do veículo, que falava ao celular quando ocorreu o acidente, é obrigado a reparar o prejuízo sozinho, por se tratar de responsabilidade subjetiva.

**B** O dever de indenizar é do condutor do veículo e independe de culpa ou dolo, por se tratar de responsabilidade objetiva, sem necessidade de nexo de causalidade.

**C** Os idosos podem ajuizar a ação contra o proprietário do veículo e o condutor, pois ambos são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados no acidente de trânsito.

**D** Os idosos podem escolher, entre o proprietário do veículo e o condutor, a quem cobrar pelos danos causados no acidente, uma vez que o proprietário responde subsidiariamente pelos prejuízos.

## QUESTÃO 21

O *habeas corpus*, de origem britânica (1215), é um instrumento constitucional presente no ordenamento jurídico de muitos países. No Brasil, sua primeira previsão legal ocorreu pelo Código de Processo Criminal, em 1832, como um meio pelo qual se requeria a liberdade de indivíduos presos. A partir da Constituição de 1891, o *habeas corpus* passou a integrar todas as Constituições brasileiras, porém com características diferentes. De instrumento processual a remédio constitucional, representa um meio para garantir o direito fundamental à liberdade.

Considerando o percurso histórico do *habeas corpus* no Brasil, assinale a opção correta.

**A** A Constituição de 1934 admitia a impetração de *habeas corpus* nos casos de transgressão disciplinar, dando, com isso, um caráter mais amplo à garantia de liberdade, com efeito até na esfera militar.

**B** O *habeas corpus* foi consolidado pela Constituição Federal de 1988 como remédio constitucional de garantia e proteção ao indivíduo que esteja sofrendo ou sendo ameaçado de sofrer lesão à sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.

**C** A Constituição de 1946, por ter sido uma constituição democrática, retirou a restrição do *habeas corpus* como instrumento de garantia da liberdade de locomoção, prevista na Constituição outorgada de 1937, e ampliou o seu caráter para garantia da liberdade de outros direitos.

**D** O *habeas corpus*, desde sua inserção na legislação brasileira ainda no século XIX, manteve-se como garantia e direito irrestrito, inclusive em momentos políticos conturbados, como no período do Estado Novo, de 1937 a 1945, e na vigência do Ato Institucional n. 5, em 1968.



R22052025 - 22_Direito.indb 18 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 22

Determinado trabalhador urbano sofreu um acidente de trabalho que o deixou temporariamente incapacitado para suas atividades habituais. Ao procurar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), ele foi informado sobre a possibilidade de solicitar o benefício previdenciário adequado à sua situação. Contudo, o trabalhador ficou em dúvida a respeito do tipo de auxílio que deveria requerer: não sabia se deveria solicitar auxílio-doença ou auxílio-acidente.

Com base na legislação previdenciária vigente no Brasil, é correto afirmar que esse trabalhador pode requerer

**A** o auxílio-doença, benefício devido ao segurado temporariamente incapaz para o trabalho por motivo de doença ou acidente.

**B** o auxílio-acidente, benefício pago durante o período em que o segurado está totalmente incapacitado para qualquer atividade.

**C** o auxílio-doença e o auxílio-acidente, pois ambos os benefícios são idênticos quanto à finalidade e à forma de concessão.

**D** o auxílio-acidente, benefício concedido em caso de incapacidade total e temporária, sendo aplicável concretamente a seu favor.

## QUESTÃO 23

Os dois maiores supermercados de uma pequena cidade do interior, que respondiam pela oferta de cerca de 80% dos produtos de alimentação e higiene consumidos pela população, iniciaram um processo de fusão. No entanto, as advogadas desses supermercados informaram que deveria ser elaborada uma estratégia para evitar o reconhecimento do domínio de mercado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), buscando-se soluções mitigadoras dos reflexos dessa fusão, de maneira a permitir a manutenção da concorrência e evitar efeitos negativos sobre o pequeno comércio da região, para que este mantenha sua lucratividade e operação comercial.

De acordo com as normas de direito econômico e concorrencial aplicadas pelo CADE, assinale a opção que apresenta a adequada estratégia de fusão empresarial a ser adotada por essas sociedades empresariais para evitar a caracterização de domínio econômico.

**A** Celebrar acordos de exclusividade com distribuidores e fornecedores estratégicos, de modo a otimizar operações e demonstrar ganhos de eficiência pós-fusão.

**B** Realizar a alienação de determinados ativos ou unidades de negócios, de modo a permitir a entrada de novos concorrentes no mercado e equilibrar o nível de concentração setorial.

**C** Priorizar uma ampliação acelerada da participação no mercado global, de modo a fortalecer a competitividade das sociedades empresariais brasileiras em um contexto internacional.

**D** Assumir um compromisso público de manutenção de preços e condições comerciais praticadas antes da fusão, de modo a reduzir preocupações sobre potenciais abusos de poder econômico.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 19 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 24

Um pequeno frigorífico localizado em área rural foi autuado por despejo irregular de resíduos em curso d'água, sem licença ambiental válida. Após fiscalização, o Ministério Público Estadual (MPE) propôs medida judicial, buscando reparação dos danos ambientais. O representante da sociedade empresarial manifestou interesse em resolver a controvérsia de forma consensual, de modo a evitar o agravamento da situação jurídica e a continuidade da ação penal.

Considerando essa situação e os instrumentos jurídicos de solução consensual de conflitos ambientais, assinale a opção correta.

**A** O *sursis* processual é cabível antes do oferecimento da denúncia, desde que haja confissão do infrator e proposta do MPE.

**B** A assinatura de um termo de ajustamento de conduta (TAC) com o MPE impediria a responsabilização criminal do infrator ambiental.

**C** A transação penal pode ser proposta em caso de menor potencial ofensivo, devendo ser precedida de composição dos danos ambientais, salvo se comprovada impossibilidade.

**D** O acordo de não persecução penal (ANPP) é inadmissível em matéria ambiental, já que os crimes ambientais não comportam negociação, por envolverem interesse público indisponível.

## QUESTÃO 25

O crescimento exponencial das *big techs* tem despertado preocupações no campo do direito econômico, especialmente quanto à concentração de mercado e à redução da concorrência. Empresas como Google, Amazon, Meta e Apple atuam em mercados digitalmente interconectados, nos quais poucos agentes exercem controle sobre plataformas essenciais, como motores de busca, sistemas operacionais e redes sociais. Essa concentração, embora estimule inovação tecnológica, pode afetar negativamente o consumidor ao limitar a pluralidade de escolhas e dificultar a entrada de novos concorrentes. A doutrina discute se essas configurações caracterizam monopólio, oligopólio ou novas formas híbridas de poder econômico, como os chamados *gatekeepers* digitais.

Considerando o texto apresentado e os conceitos do direito econômico e concorrencial, assinale a opção correta.

**A** As *big techs*, apesar de seu domínio de mercado, promovem concorrência ao oferecerem produtos gratuitos e inovações constantes, o que torna desnecessária a existência de regulação estatal mais rígida.

**B** As *big techs*, embora dominem seus segmentos, não configuram estruturas de mercado concentradas, pois o ambiente digital é naturalmente dinâmico e aberto, e a regulação estatal pode comprometer a inovação.

**C** A presença de *big techs* em setores digitais consolida estruturas típicas de monopólio legal, nas quais uma única empresa opera com autorização estatal para garantir eficiência e segurança ao consumidor.

**D** A atuação de *big techs* configura um tipo de oligopólio digital em que poucas empresas controlam mercados interdependentes, exigindo do Estado regulação específica para prevenir práticas anticompetitivas e preservar a livre concorrência.

## QUESTÃO 26

No ano de 2018, a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB) sofreu importantes alterações e ampliou a análise do ordenamento jurídico e das fontes formais do direito. Essa evolução legislativa reforçou a necessidade de considerar, de forma integrada, vários aspectos na interpretação e na aplicação do direito.

Tendo em vista os preceitos da LINDB, assinale a opção correta acerca da teoria do ordenamento e das fontes normativas no direito brasileiro.

**A** A jurisprudência é irrelevante para o ordenamento jurídico, pois não apresenta o direito consolidado, sendo a norma legal a única fonte válida.

**B** O julgador deve aplicar valores abstratos sem considerar os efeitos concretos da decisão, sob pena de comprometer sua condição de imparcialidade.

**C** O julgador pode, após interpretar, deixar de aplicar a norma vigente, caso entenda que a aplicação desta geraria efeitos sociais ou econômicos indesejáveis.

**D** A interpretação e a aplicação do direito exigem consideração das consequências práticas da decisão, a busca da segurança jurídica e o respeito à estabilidade das decisões.

## QUESTÃO 27

Certo dia, João foi acordado em sua residência, durante a madrugada, por seu amigo Paulo, a quem não via há muito tempo. Agitado e com pressa, Paulo pediu-lhe que guardasse um carro em sua casa por alguns dias. João estranhou o favor solicitado, mas atendeu à solicitação do amigo. Ocorre que o veículo havia sido furtado por Paulo e estava sendo procurado pela polícia. No mesmo dia, o veículo foi encontrado por policiais na residência de João, e este lhes explicou que, apesar de ter estranhado a situação, não sabia que se tratava de um carro furtado. A despeito disso, João foi posteriormente denunciado pelo crime de favorecimento real, assim descrito no Art. 349 do Código Penal: “Prestar a criminoso, fora dos casos de coautoria ou participação, auxílio destinado a tornar seguro o proveito de crime”.

Com base nessa situação, considerando-se que João tenha agido com desconhecimento sobre a subtração do carro, é correto afirmar que ele incorreu em erro de

**A** proibição, que, se considerado vencível, importará redução em sua pena.

**B** tipo, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

**C** proibição, que, se considerado invencível, afastará a culpabilidade, isentando-o de pena.

**D** tipo, que, se considerado vencível, excluirá o dolo, tornando absolutamente atípica a sua conduta.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 21 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 28

Em um país democrático, o Poder Legislativo aprovou uma lei que proibia a entrada de determinados grupos religiosos em edifícios públicos, sob a justificativa de que a permanência desses indivíduos nesses espaços ameaçaria a segurança nacional. A lei foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, mas enfrenta desaprovação por parte da sociedade, que a considera discriminatória e imoral.

Considerando-se o caso exposto e os conceitos de validade, fundamento e eficácia, é correto afirmar que essa lei é

**A** válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante a desaprovação por parte da sociedade.

**B** inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, deve-se declarar a inconstitucionalidade de normas que contenham teor discriminatório.

**C** válida, pois foi aprovada em observância ao processo legislativo do país, sendo irrelevante o juízo moral que se possa fazer sobre seu conteúdo, haja vista a separação entre direito e moral.

**D** inválida, pois, embora aprovada em observância ao processo legislativo do país, normas que contenham teor discriminatório perdem sua eficácia jurídica e, consequentemente, sua validade formal.

## QUESTÃO 29

Em decisão recente, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou procedente a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 635, conhecida como ADPF das Favelas, proposta contra operações policiais realizadas em comunidades do Rio de Janeiro sem controle judicial e com alegações de abuso. O STF decidiu impor limites à atuação policial, estabelecendo, por exemplo, a necessidade de comunicação imediata ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, além de restrições ao uso de helicópteros como plataforma de tiros. No julgamento, afirmou-se que o respeito à vida, à dignidade humana e ao controle das ações estatais em comunidades vulneráveis constitui preceito fundamental e que a atuação estatal deve se submeter a parâmetros constitucionais de legalidade e proporcionalidade, mesmo em ações de segurança pública.

Considerando o texto sobre a posição do STF e a legislação constitucional, assinale a opção correta.

**A** A ADPF destina-se ao controle de atos normativos, não sendo possível sua aplicação a atos administrativos de natureza concreta.

**B** O STF, ao julgar a admissibilidade de uma ADPF, deve demonstrar que não há outro meio eficaz para sanar a lesão ao preceito fundamental.

**C** A ADPF é instrumento voltado ao controle de normas editadas antes da Constituição Federal de 1988, sendo vedado seu uso para o controle de normas posteriores.

**D** O STF, ao julgar uma ADPF, não pode interferir diretamente em ações do Poder Executivo, sob pena de comprometer a autonomia administrativa garantida pelo princípio da separação dos Poderes.

**Área livre**

## QUESTÃO 30

O Brasil tem adotado políticas públicas de incentivo à participação de mulheres em áreas historicamente masculinas, como ciência, política e tecnologia. Um exemplo é a reserva de percentual de bolsas acadêmicas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para pesquisadoras com filhos, haja vista a importância da economia do cuidado; e outro é a previsão legal de financiamento proporcional de campanhas eleitorais femininas pelos partidos. Essas ações afirmativas têm gerado debates jurídicos: para alguns, promovem justiça material ao corrigir desigualdades estruturais baseadas em gênero; para outros, essas medidas criam privilégios inconstitucionais e violam o princípio da igualdade formal. A discussão envolve diferentes concepções de justiça e exige a análise de seus impactos sociais e jurídicos.

Considerando o texto e as implicações jurídicas de ações afirmativas voltadas a mulheres no contexto brasileiro, assinale a opção correta.

**A** Ações afirmativas para mulheres, embora bem-intencionadas, dificultam o alcance da igualdade material, por reforçarem estereótipos de gênero.

**B** Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas quando têm por finalidade eliminar obstáculos sistêmicos e garantir igualdade de acesso a oportunidades.

**C** Ações afirmativas para mulheres são inadequadas porque introduzem distinções legais entre os sexos que ameaçam a imparcialidade do Estado e geram efeitos discriminatórios reversos.

**D** Ações afirmativas com base em gênero são medidas compensatórias válidas, embora não haja eficácia em eliminar obstáculos históricos e efetivamente permitir o devido acesso a oportunidades.

## QUESTÃO 31

Um servidor público federal foi removido de ofício para outro órgão, da mesma administração, sob a justificativa de necessidade do serviço. No entanto, ele posteriormente verificou, em documentos internos, que a real motivação da remoção foi afastá-lo de sua atuação em processos disciplinares contra gestores da unidade. Inconformado, o servidor impetrou mandado de segurança, alegando desvio de finalidade.

Tendo em vista o caso apresentado e as normas que regem o controle judicial dos atos administrativos, assinale a opção correta.

**A** O Poder Judiciário poderá revogar o ato da administração pública se considerá-lo inconveniente, ainda que não haja ilegalidade.

**B** A remoção é ato discricionário, motivo pelo qual sua motivação ou sua finalidade não poderão ser apreciadas pelo Poder Judiciário.

**C** O Poder Judiciário deverá anular o ato caso seja constatado vício no elemento finalidade, ainda que se trate de ato discricionário.

**D** A administração pública tem liberdade para definir a conveniência do afastamento do servidor, por isso o ato administrativo deve ser considerado válido.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 23 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 32

Determinada menina nascida na França é filha de um pai brasileiro e de uma mãe francesa. A família residia na França até os pais se separarem, ocasião em que a mãe ficou com a guarda da criança. Depois disso, quando completou 10 anos de idade, a criança foi levada para o Brasil por sua mãe, sem o consentimento do pai. A mãe da menina alegava que ela estaria sofrendo uma forte pressão psicológica por parte do pai, o qual não aceitava a separação. Diante disso, o pai da criança, que permanecia na França, alegou, perante a justiça francesa, que sua filha havia sido vítima de sequestro internacional e, com base na Convenção de Haia (1980), que trata dos aspectos civis da subtração internacional de crianças, pleiteou o retorno imediato da criança à França. Essa convenção tem o Brasil e a França como países signatários e estabelece, entre outros elementos, os procedimentos para o retorno de crianças que foram removidas ou mantidas indevidamente fora de seu país de origem.

Considerando essa situação, assinale a opção correta, com base no direito internacional e no ordenamento jurídico brasileiro.

**A** O retorno da criança para a França deve ser feito automaticamente, independentemente do tempo que transcorreu desde sua mudança para o Brasil, conforme as regras contidas na Convenção de Haia.

**B** O Brasil está desobrigado de aplicar o disposto na Convenção de Haia, pois a criança é nacional brasileira e se encontra sob a guarda de sua mãe, o que prevalece sobre as regras estabelecidas em tratados internacionais.

**C** O pedido realizado pelo pai poderá ser indeferido pela autoridade judicial brasileira caso seja comprovado grave risco de que o retorno à França exporá a criança a danos físicos ou psíquicos ou a situação intolerável, conforme as disposições da Convenção de Haia.

**D** O caso configura sequestro internacional de criança, pois a mãe não tinha autorização para realizar o translado da menina, por isso o retorno desta à França, de acordo com a Convenção de Haia, deve seguir os procedimentos estabelecidos na lei do Brasil, domicílio atual da criança.

## QUESTÃO 33

Uma cliente encomendou um bolo de casamento a uma famosa confeiteira de sua cidade. Toda a negociação entre as duas se deu por aplicativo de conversas. Foram estabelecidos o formato e o sabor do bolo, o valor do serviço, o momento do pagamento (que seria realizado no ato de entrega) e o local da entrega, condições com as quais as duas concordaram. No dia combinado entre elas, a cliente informou à confeiteira que estava a caminho para buscar o produto; entretanto, a confeiteira havia se esquecido da encomenda e, diante da cobrança da cliente, respondeu que não tinha obrigação de fazer o bolo, por não ter assinado qualquer tipo de contrato.

Considerando o caso apresentado e a validade dos contratos e obrigações firmados em aplicativos de conversa, assinale a opção correta.

**A** O contrato por meio eletrônico obriga a guarda, por no mínimo seis meses, de eventuais conversas e mensagens que comprovem sua formação.

**B** O contrato por meio eletrônico possui os mesmos requisitos do contrato analógico, envolvendo a capacidade das partes de contratar, objeto lícito e forma adequada, além da manifestação inequívoca da vontade.

**C** O contrato por meio eletrônico, por sua natureza digital, pode ser utilizado para negócios diversos, pois amplia a capacidade do agente, em ambiente físico, desde que não envolvam nenhum tipo de risco jurídico.

**D** O contrato por meio eletrônico não pode ser considerado válido nesse caso, porque os requisitos formais para a celebração de um contrato não foram atendidos, apesar da demonstração de interesse da contratante na compra.



R22052025 - 22_Direito.indb 24 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 34

Uma sociedade empresarial do ramo de engenharia celebrou contratos administrativos com determinado município para a execução de obras públicas. Posteriormente, o Ministério Público (MP) instaurou investigação ao constatar que a sociedade empresarial havia participado de um conluio com agentes públicos para fraudar o caráter competitivo da licitação, mediante o pagamento de vantagens indevidas, além de superfaturamento nos contratos firmados. Após o ajuizamento da ação civil pública com base na Lei n. 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), a defesa da sociedade empresarial alegou a impossibilidade de responsabilização da pessoa jurídica por atos de improbidade, sustentando que tal sanção seria exclusiva de pessoas físicas. Diante disso, a procuradora do município deve organizar a estratégia jurídico-processual adequada à defesa do interesse público.

Haja vista o ordenamento jurídico brasileiro, a estratégia jurídica adequada, a ser adotada pela procuradora nesse caso, consiste em

**A** defender que a sociedade empresarial pode ser responsabilizada civil e administrativamente, desde que seja demonstrado seu envolvimento doloso no ato ímprobo, sendo possível a aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.

**B** argumentar que a sociedade empresarial deve responder na esfera penal, alegando que a Lei de Improbidade Administrativa se aplica exclusivamente a agentes públicos, sem alcançar entes privados, como no caso da referida sociedade empresarial.

**C** argumentar que a responsabilidade da pessoa jurídica, mesmo de natureza privada, é objetiva, de acordo com alteração realizada na Lei de Improbidade Administrativa pela Lei n. 14.230/2021, sendo, portanto, suficiente a demonstração do dano ao erário.

**D** defender a extinção do processo em relação à sociedade empresarial, alegando ausência de previsão constitucional para responsabilização de pessoas jurídicas por improbidade administrativa, e acionar o MP para instaurar processo administrativo, a fim de apurar a conduta dos agentes públicos.

## QUESTÃO 35

Certo homem, após travar uma discussão acalorada com sua companheira, foi denunciado pelo Ministério Público (MP) pelo crime de lesão corporal leve, tipificado no âmbito da Lei n. 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), configurando-se violência doméstica e familiar. Tendo em vista o disposto na Lei n. 13.964/2019 (Pacote Anticrime), o MP propôs a celebração de um acordo de não persecução penal (ANPP), visando à aplicação de medidas alternativas à persecução penal tradicional, como prestação de serviços à comunidade e reparação do dano.

Considerando-se essa situação, bem como a legislação vigente e o entendimento jurisprudencial sobre o tema, é correto afirmar que o ANPP nesse caso

**A** é vedado, em razão do interesse público e da proteção especial à mulher em caso de crime de violência doméstica e familiar sujeito à Lei Maria da Penha.

**B** pode ser firmado, desde que haja anuência expressa da vítima e do MP, por se tratar de exceção prevista na Lei Maria da Penha em caso de crime de violência doméstica e familiar.

**C** pode ser firmado, desde que o acusado aceite as condições propostas, por se tratar de crime de lesão corporal leve, ainda que envolva violência doméstica e familiar contra a mulher.

**D** é vedado, a menos que as lesões corporais sejam de natureza leve e haja anuência expressa da vítima, por se tratar de hipótese prevista em lei quanto a casos de violência doméstica contra a mulher.



R22052025 - 22_Direito.indb 25 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 36

Existe no Brasil uma diversidade de religiões de matriz africana, as quais mantêm vivos seus valores, suas culturas e suas crenças. A Constituição Federal de 1988, no inciso VI do artigo 5º, assegura a todos o direito de professar suas crenças, sendo garantido o livre exercício dos cultos religiosos. Nesse contexto, assegura-se a liberdade para que sejam escritas e difundidas as publicações relacionadas a essas manifestações religiosas, observando-se os demais direitos inerentes a elas, como os referentes aos dias de descanso e aos dias de celebração de suas cerimônias religiosas e festividades.

Considerando o disposto no texto e o que se refere ao ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

**A** A celebração de cultos em religiões de matriz africana depende de autorização do Estado, devendo o funcionamento dessas religiões ser regulamentado por legislação específica.

**B** A liberdade de crença pressupõe a tolerância religiosa, o que inclui o direito à celebração de festividades e cultos coletivos e a inviolabilidade dos locais de culto das religiões de matriz africana.

**C** O sistema constitucional brasileiro assegura o direito de se professar a fé individualmente, sendo o culto coletivo uma prerrogativa restrita a religiões com estatuto jurídico reconhecido nacionalmente.

**D** O sistema constitucional vigente no Brasil assegura a proteção à liberdade de crença e de culto às religiões professadas no território nacional, atribuindo à assembleia legislativa estadual a competência sobre matéria relativa à concessão de imunidade tributária às instituições religiosas.

## QUESTÃO 37

Joana e seu companheiro Pedro residiram juntos por mais de 12 anos em um imóvel urbano localizado na periferia da cidade. Durante esse período, construíram uma casa de alvenaria, instalaram água e energia elétrica, pagaram tributos e realizaram diversas melhorias no imóvel, cuja área total não ultrapassa 250 $m^2$. O imóvel foi adquirido por Pedro durante a união estável e está registrado exclusivamente em seu nome. Há pouco mais de dois anos, Pedro abandonou o lar e, desde então, Joana permanece no local com seus filhos menores, arcando sozinha com as despesas da residência. Nenhum dos dois possui outro imóvel registrado em seu nome.

Considerando-se as modalidades de usucapião previstas no ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que se aplica a essa situação a modalidade de usucapião

**A** especial urbana, que exige posse ininterrupta, pacífica e com ânimo de dono, por período mínimo de dez anos, em imóvel urbano utilizado para moradia própria.

**B** extraordinária, pois Joana exerce posse contínua por mais de dez anos em imóvel urbano utilizado para moradia própria, porém o reconhecimento depende de prévia partilha do bem.

**C** ordinária, pois há indícios de justo título e boa-fé, porém, como Joana e Pedro eram companheiros, é necessário aguardar a dissolução formal da união estável para que Joana possa requerer a propriedade do imóvel.

**D** familiar, pois, após o abandono do lar por um dos companheiros, o outro permaneceu na posse exclusiva do imóvel por mais de dois anos, utilizando-o como residência própria e de sua família, sem possuir outro bem imóvel.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 26 09/10/2025 10:47:12

## QUESTÃO 38

Os direitos da natureza surgem como um novo paradigma ético-jurídico baseado na cosmovisão ancestral indígena que reconhece tal interdependência entre todos os seres, humanos e não humanos. O Equador foi o primeiro país a inserir tais direitos em sua Constituição, em 2008, seguido da Bolívia, em 2010. Bonito, em Pernambuco, foi o primeiro município a fazê-lo, e Florianópolis, em 2019, foi a primeira capital. Os direitos intrínsecos de dois rios brasileiros também foram reconhecidos: Rio Laje, em Rondônia (Rio Komin emem), e o Rio Mosquito, em Minas Gerais. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconheceu os direitos da natureza por meio do julgamento de Recurso Especial 1.797.175/SP, ocasião em que reconheceu a dimensão ecológica da dignidade da pessoa humana, além de atribuir dignidade e direitos aos animais não humanos e à natureza.

Considerando a percepção exposta no texto, a possibilidade de reconhecer entes da natureza como sujeitos de direito representa uma

**A** ruptura com a tradição antropocêntrica do direito moderno, influenciada por sistemas jurídicos plurais que incluem cosmovisões indígenas e constituições ecológicas.

**B** inovação do direito estatal positivado dos sistemas jurídicos ocidentais, que rompe com o princípio da legalidade ao atribuir personalidade jurídica a entes não humanos.

**C** construção teórica de difícil compatibilização com os princípios do pluralismo jurídico, uma vez que este pressupõe a primazia do Estado como produtor de normas válidas.

**D** iniciativa que depende da positivação legal para produzir efeitos, pois a natureza não pode exercer deveres e, portanto, não pode ser titular de direitos, sendo necessário que a lei os explicite, caso os conceda.

## QUESTÃO 39

As reivindicações dos povos indígenas pelo respeito à sua cultura e pela preservação desta vêm sendo ampliadas no Brasil nos últimos anos. A Constituição Federal de 1988 (CF) avançou muito com relação a essa temática, assegurando aos povos indígenas a manutenção de suas terras, o direito à saúde e à educação, o respeito à utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, além da proteção às suas manifestações culturais e religiosas.

Tendo em vista o exposto e o ordenamento jurídico brasileiro, assinale a opção correta.

**A** Os povos indígenas, no sistema jurídico brasileiro, possuem autonomia limitada para decidir sobre a gestão de seus territórios, recursos e culturas, sendo necessário criar uma legislação própria que regulamente essa gestão, por se tratar de povos originários.

**B** O regime de propriedade privada, previsto no Código Civil brasileiro, admite somente a posse individual de parcela das terras indígenas, não sendo possível aplicar o princípio da função social da terra, uma vez que elas são usufruídas pelo Estado em benefício da sociedade brasileira.

**C** A afirmação dos direitos e das culturas dos povos indígenas, na ordem jurídica nacional, é matéria que diz respeito à União, cabendo privativamente à justiça federal a competência para o processamento e o julgamento dos conflitos relacionados à violação dos direitos desses povos.

**D** Os povos indígenas, por fazerem parte da população brasileira, devem ter suas tradições submetidas à legislação nacional, especialmente no que diz respeito à aplicação das leis civis e penais, pois a CF não admite tratamento diferenciado para integrantes da população nacional.



R22052025 - 22_Direito.indb 27 09/10/2025 10:47:13

## QUESTÃO 40

Uma mulher enviou diversas mensagens, em um aplicativo de conversas, ao seu avô, de 68 anos de idade, objetivando enganá-lo. Nas conversas trocadas com o idoso, ela se passava por uma funcionária do banco em que ele possuía conta para receber sua aposentadoria. As mensagens continham informações sobre débitos e empréstimos que a vítima tinha em aberto, bem como informações estritamente pessoais do idoso, o que conferia credibilidade ao seu conteúdo. Em uma das mensagens enviadas por ela, exigia-se que o idoso realizasse, com urgência, o pagamento de quantias mediante a leitura de vários códigos de barras, sob o argumento de que se tratava do pagamento das dívidas em atraso que recairiam sobre seu patrimônio caso não fossem pagas. Os códigos de barra, na verdade, eram referentes a compras realizadas pela mulher em diversos sítios eletrônicos, mas o idoso não sabia disso. Desesperado, ele a procurou para pedir auxílio, pois ela era a responsável, habitualmente, por lidar com suas finanças.

A partir do ordenamento jurídico brasileiro, é correto afirmar que, nessa situação, foi praticado contra o idoso o crime de

**A** furto mediante fraude, permitindo-se a aplicação da escusa absolutória, visto que não houve violência ou grave ameaça.

**B** estelionato eletrônico, não sendo aplicável a escusa absolutória, por óbice etário previsto expressamente na legislação penal brasileira.

**C** estelionato eletrônico, sendo cabível a escusa absolutória, dado o grau de parentesco entre a autora do fato e a vítima, o que evita a aplicação de uma sanção penal.

**D** apropriação indébita previdenciária, e, mesmo que a autora devolva à vítima o valor subtraído, isso não fará jus à escusa absolutória, que impede a aplicação da pena prevista para o crime.

## QUESTÃO 41

Uma mulher e sua filha estavam tirando fotos em um parque de diversões quando foram abordadas por um homem desconhecido, que passou a ofendê-las por acreditar que elas não haviam respeitado a fila de ingresso em um dos brinquedos. As ofensas faziam referência à cor preta de suas peles, a características de seus cabelos e a outros traços fenotípicos.

Com base nas alterações normativas introduzidas no Código Penal e na Lei n. 7.716/1989, que disciplina os crimes de preconceito, é correto afirmar que a conduta do referido homem configura crime

**A** de injúria racial, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

**B** de injúria racial, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

**C** contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal imprescritível, processada por meio de ação penal pública incondicionada à representação.

**D** contra a honra qualificado pelo teor racista, infração penal prescritível, processada por meio de ação penal pública condicionada à representação.

**Área livre**

## QUESTÃO 42

A Constituição Federal de 1988 (CF) estabelece uma diversidade de espécies normativas, com processos legislativos específicos, a depender da natureza da matéria. Nesse contexto, após a elaboração de um projeto orçamentário, o Poder Executivo de um estado-membro da Federação o encaminhou para votação na respectiva assembleia legislativa.

No que se refere às espécies normativas previstas na CF, é correto afirmar que esse projeto deve ser aprovado via

**A** lei complementar, obedecendo-se ao quórum de maioria absoluta para aprovação.

**B** lei ordinária, visto que a matéria é relativa ao orçamento, obedecendo-se ao quórum de maioria simples para aprovação.

**C** decreto, dada a urgência e relevância da matéria, tendo a assembleia legislativa do estado-membro competência para editar esse tipo de norma.

**D** resolução do Poder Legislativo, uma vez que questões relativas ao orçamento dispensam sanção do governador do estado-membro, em razão de sua urgência e necessidade de aplicação imediata.

## QUESTÃO 43

Determinada família possui um patrimônio considerável, composto por imóveis, quotas de empresas e aplicações financeiras. Preocupados com a sucessão e com os custos tributários decorrentes da transmissão patrimonial futura, os membros da família procuraram uma advogada tributarista. Diante da situação, a advogada propôs a constituição de uma *holding* familiar para concentrar os bens e organizar a sucessão por meio de doação com reserva de usufruto e cláusulas restritivas (inalienabilidade, impenhorabilidade e incomunicabilidade). Todavia, a família quis entender os possíveis efeitos tributários decorrentes dessa operação, a fim de verificar se o planejamento seria realmente vantajoso.

A partir desse caso, tendo em vista os aspectos legais e estratégicos pertinentes à constituição de *holding* familiar e o que se refere à incidência do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) no âmbito do direito tributário, assinale a opção correta.

**A** A doação de quotas de *holding* familiar com reserva de usufruto dos bens imóveis obsta a incidência do ITCMD, visto que, nesse caso, inexiste transferência plena da propriedade.

**B** O fato de se constituir *holding* familiar impede a cobrança de ITCMD, pois os bens passam a integrar a pessoa jurídica, deixando de ser transmitidos diretamente aos herdeiros.

**C** A alíquota é definida por legislação estadual, podendo incidir no momento da doação da nua-propriedade das quotas, ainda que com reserva de usufruto.

**D** A morte do instituidor de *holding* familiar gera a incidência de ITCMD, ainda que os bens permaneçam em nome da pessoa jurídica.

**Área livre**



R22052025 - 22_Direito.indb 29 09/10/2025 10:47:13

## QUESTÃO 44

Determinada executiva que trabalhava em uma multinacional possuía remuneração mensal superior a R$ 16 314,82, valor este que corresponde ao dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social. Ao firmar seu contrato de trabalho, ela anuiu a uma cláusula compromissória que previa que eventuais conflitos decorrentes da relação empregatícia seriam resolvidos por arbitragem, conforme a Lei n. 9.307/1996 (Lei de Arbitragem), com redação dada pela Lei n. 13.467/2017 (Reforma Trabalhista). Após a rescisão contratual, contudo, surgiu uma controvérsia quanto ao pagamento de verbas rescisórias e bônus por produtividade. A multinacional pretende instaurar procedimento arbitral, mas a empregada questiona a validade da cláusula arbitral, alegando violação aos princípios protetivos do direito do trabalho.

Considerando o ordenamento jurídico brasileiro e os princípios aplicáveis à arbitragem e à tutela trabalhista, assinale a opção correta.

**A** A cláusula compromissória de arbitragem é inválida nos contratos de trabalho, mesmo com anuência expressa do empregado, por se tratar de matéria de ordem pública.

**B** A arbitragem é permitida em relações de trabalho que envolvam direitos disponíveis, sendo válida a cláusula compromissória se houver manifestação expressa e voluntária do empregado.

**C** A arbitragem é admissível em relações de trabalho, desde que envolva empregado com diploma de nível superior e salário superior a duas vezes o teto do INSS, independentemente do conteúdo da controvérsia.

**D** A utilização da arbitragem nas relações de trabalho é válida apenas após o surgimento do conflito, vedando-se cláusulas compromissórias no contrato de trabalho, mesmo quando firmadas por trabalhadores hipersuficientes.

## QUESTÃO 45

Uma sociedade empresarial de comércio eletrônico foi alvo de uma ação civil pública proposta por uma entidade de defesa do consumidor, após o vazamento de dados pessoais sensíveis de milhares de clientes cadastrados na plataforma. Os dados vazados incluíam informações como nome, CPF, endereço, número de cartão de crédito e histórico de compras. A entidade alegou violação dos direitos dos consumidores e pediu, além da indenização coletiva, medidas preventivas para evitar novos vazamentos.

Tendo em vista essa situação e o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

**A** A LGPD restringe a responsabilização da sociedade empresarial aos casos em que ficar comprovada a intenção de causar dano, sendo necessário demonstrar a existência de dolo para a reparação coletiva ser cabível.

**B** A atuação da entidade de defesa do consumidor por meio de ação civil pública é inadequada nesse caso, uma vez que a legislação exige tratamento individualizado para pedidos de indenização decorrentes de vazamentos.

**C** A ação civil pública ajuizada pela entidade de defesa do consumidor é cabível e fundamenta-se na responsabilidade objetiva da sociedade empresarial, podendo resultar na imposição de medidas reparatórias e preventivas.

**D** A responsabilização coletiva é admitida por meio de ação civil pública se os consumidores demonstrarem prejuízo financeiro direto, o que limita a atuação de entidades em ações coletivas, mesmo havendo violação de dados pessoais.



R22052025 - 22_Direito.indb 30 09/10/2025 10:47:13

enade2025

* R 2 2 0 5 2 0 2 5 3 1 *

# QUESTIONÁRIO DE PERCEPÇÃO DA PROVA

As questões abaixo visam conhecer sua opinião sobre a qualidade e a adequação da prova que você acabou de realizar. Assinale as alternativas correspondentes a sua opinião nos espaços apropriados do **CARTÃO-RESPOSTA**.

## AVALIAÇÃO GLOBAL DA PROVA

### QUESTÃO 01

Qual foi o tempo gasto por você para concluir a prova?

A Menos de uma hora.
B Entre uma e duas horas.
C Entre duas e três horas.
D Entre três e quatro horas.
E Quatro horas, e não consegui terminar.

### QUESTÃO 02

Em relação ao tempo total de aplicação, você considera que a prova foi

A muito longa.
B longa.
C adequada.
D curta.
E muito curta.

### QUESTÃO 03

As informações/instruções fornecidas para a resolução das questões foram suficientes para resolvê-las?

A Sim, até excessivas.
B Sim, em todas elas.
C Sim, na maioria delas.
D Sim, somente em algumas.
E Não, em nenhuma delas.

### QUESTÃO 04

Você se deparou com alguma dificuldade ao responder à prova? Qual?

A Desconhecimento do conteúdo.
B Forma diferente de abordagem do conteúdo.
C Espaço insuficiente para responder às questões.
D Falta de motivação para fazer a prova.
E Não tive qualquer tipo de dificuldade para responder à prova.

### QUESTÃO 05

Considerando apenas as questões objetivas da prova, você percebeu que

A não estudou ainda a maioria desses conteúdos.
B estudou alguns desses conteúdos, mas não os aprendeu.
C estudou a maioria desses conteúdos, mas não os aprendeu.
D estudou e aprendeu muitos desses conteúdos.
E estudou e aprendeu todos esses conteúdos.

## FORMAÇÃO GERAL

### QUESTÃO 06

Qual o grau de dificuldade das questões de Formação Geral?

A Muito Fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

### QUESTÃO 07

Os enunciados das questões de Formação Geral estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

## COMPONENTE ESPECÍFICO

### QUESTÃO 08

Qual o grau de dificuldade das questões do Componente Específico?

A Muito fácil.
B Fácil.
C Médio.
D Difícil.
E Muito difícil.

### QUESTÃO 09

Os enunciados das questões do Componente Específico estavam compreensíveis e objetivos?

A Sim, todos.
B Sim, a maioria.
C Apenas cerca da metade.
D Poucos.
E Não, nenhum.

* R 2 2 0 5 2 0 2 5 3 2 *
05
005

# Sinaes

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

# enade 2025

Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

INEP

22
4_CAPA_2201_Direito_REGULAR.indd 32 09/10/2025 11:50:21